



**REQ
00041/2021**

SENADO

REQUERIMENTO N° , DE 2021 - CAE

SF/21373.27008-00

Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a fim de prestar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) informações sobre uma offshore que o Ministro possui nas Ilhas Virgens Britânicas.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para que compareça a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de prestar informações sobre uma offshore que o Ministro possui nas Ilhas Virgens Britânicas, conforme revelação feita pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, que apura o conteúdo dos “Pandora Papers”, que investiga paraísos fiscais.

JUSTIFICAÇÃO

O Consórcio Internacional de Jornalistas investigativos, o ICIJ, está investigando offshores em paraísos fiscais, em um projeto chamado “Pandora Papers”. No Brasil, integram o projeto a revista Piauí, os sites Poder360 e Metrópoles e a Agência Pública. No âmbito desta investigação, no último domingo, reportagem da revista Piauí divulgou que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, possui uma offshore milionária nas Ilhas Virgens Britânicas, um



SENADO

paraíso fiscal no Caribe.

De acordo com a revista, Guedes fundou a offshore em setembro de 2014 e, nos meses seguintes, fez um aporte de 9,55 milhões de dólares, o equivalente a 23 milhões de reais na época. Com a desvalorização cambial desde então, o valor hoje corresponde a 51 milhões de reais. Parte considerável desta desvalorização ocorreu durante a gestão de Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia.

O art. 5º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, instituído em 2000, proíbe funcionários do alto escalão de manter aplicações financeiras, no Brasil ou no exterior, passíveis de ser afetadas por políticas governamentais sobre as quais “a autoridade pública tenha informações privilegiadas, em razão do cargo ou função”. Não resta dúvida que decisões tomadas pelo ministro da economia ou até mesmo seus pronunciamentos são capazes de interferir na taxa de câmbio, que influenciam diretamente no valor em reais nos investimentos mantidos pelo ministro no paraíso fiscal no exterior.

A situação é agravada pela revelação da revista Piauí de que o ministro Paulo Guedes se manteve durante todo este período na administração direta da offshore nas Ilhas Virgens Britânicas, configurando um evidente conflito de interesses.

O projeto de lei nº 2337, de 2021, que modifica as regras do imposto de renda e que atualmente tramita nesta Comissão, previa, no artigo 6º da versão original enviada pelo governo, a tributação sobre os lucros de recursos de pessoas físicas residentes no Brasil alocados em empresas estrangeiras (as offshores) que estejam sediadas em paraísos fiscais. De acordo com a proposta, a cobrança seria feita mesmo se o dinheiro não fosse trazido ao Brasil e deveria compor a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda. Segundo o texto, até mesmo o rendimento resultante de variação cambial deveria ser tributado por se considerado ganho de capital. O ministro Paulo Guedes chegou a afirmar que esta versão tinha sido elaborada pela área técnica da Receita Federal e que precisava ser aperfeiçoada. Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, o ministro defendeu a retirada da regra, afirmando que ela complicava e havia deixado “muita gente nervosa”. O apelo do ministro foi acatado pelo então relator do PL, deputado Celso Sabino. Mais uma vez, resta configurado o conflito de interesses, pois a aprovação da proposta original ensejaria em prejuízo financeiro ao ministro, na medida em que teria que pagar os tributos dos lucros e ganhos financeiros, inclusive com a variação cambial, obtidos com suas aplicações em paraíso fiscal.

Diante do exposto, torna-se imperiosa a vinda do ministro Paulo Guedes a esta

SF/21373.27008-00
|||||



SENADO

Comissão para que tente prestar os devidos esclarecimentos.

Sala das Comissões, 04 de outubro de 2021.

**Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Líder do Bloco da Minoria**

**Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do Partido dos Trabalhadores**

|||||
SF/21373.27008-00